

EDITORIALE EDIT  
**editorial** DITORIA

EDITORIALE DI

**A**o se olhar para o conjunto de normas e instituições que regulamentam as comunicações, se tem a impressão de uma estrutura complexa, repleta de códigos específicos, causando confusão pelo volume de regras, leis e funções das instituições envolvidas. Juntam-se a essa estrutura truncada as mudanças tecnológicas, implicando novos regulamentos, redefinindo necessidades públicas, reinventando serviços, misturando os meios de comunicação no que se cunhou como ‘convergência’ e confundindo ainda mais uma reflexão já complicada.

Como fio condutor destas normas está uma profunda disputa entre interpretações distintas – muitas vezes opostas – sobre as funções que os serviços de comunicações devem desempenhar na sociedade. Já passaram 30 anos da apresentação dos primeiros resultados da pesquisa que em 1980 resultou no documento intitulado *Um mundo, muitas vozes*, conhecido como Relatório McBride. A compreensão da comunicação social como direito humano fundamental à cidadania, no entanto, ainda não se tornou um consenso. Sabe-se da importância dos meios de comunicação e informação na construção de identidades, subjetividades, imaginário bem como na conformação das relações de poder que permeiam a vida social. Por outro lado, os sistemas de comunicações baseados na propriedade privada tendem à concentração – econômica, geográfica - e à exclusão dos segmentos sociais sem capacidade de consumo. Nesse contexto, cabe ao Estado mediar os conflitos entre sistema produtivo, baseado na propriedade privada, e sistema político, que pressupõe uma cidadania cuja participação social efetiva depende, em partes, do acesso à maior gama possível de informação. Além de mediador, o Estado pode assumir os papéis de promotor de políticas para o desenvolvimento do campo comunicacional bem como o de operador dos serviços.

Por conta da sua complexidade e relevância, o tema Estado e Comunicação justifica o escrutínio acadêmico. Por conta desta mesma complexidade, aliada à aspereza dos objetos que envolvem normas e instituições, ainda são raros os espaços de debate dedicados ao tema na área. Comprova esta carência, o volume de contribuições altamente qualificadas submetidas a este número da revista ECO-Pós, que busca dar visibilidade a este debate. Além dos sete autores especialmente convidados, pela relevância de sua contribuição histórica para o avanço da área, recebemos 36 trabalhos por demanda espontânea. Conforme a política editorial da revista, todos foram avaliados em sistema *blind copy* por um corpo de pareceristas *ad hoc* de instituições nacionais e internacionais.

Desta forma, o objetivo desta edição é apresentar um panorama das pesquisas e debates que vêm sendo desenvolvidos na confluência entre Estado e Comunicação. Compõem este volume 17 trabalhos de profissionais de diferentes instituições brasileiras e internacionais. No intuito de promover um debate diversificado e especializado, a sessão *Notas de Conjuntura* aborda a atuação das instituições estatais, especialmente o Ministério da Justiça, face ao cenário atual da comunicação. Para esta análise conjuntural convidamos José Eduardo Elias Romão, diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS) do Ministério da Justiça, uma das personagens centrais do polêmico processo de instituição da classificação indicativa para as obras audiovisuais. Esta nota joga luz sobre os mecanismos necessários ao projeto de comunicação social previsto no capítulo V da Constituição Federal.

A seção *Dossiê* traz nove artigos dedicados ao exame das relações entre Estado e Comunicação. O primeiro bloco de textos concentra análises sobre o contexto internacional das políticas de comunicação. Abrindo esse bloco, Andrew Calabrese, analisa a relação entre empresários e Estado na regulação da infra-estrutura de comunicações nos EUA. O artigo explicita as práticas contraditórias das companhias de TV por assinatura e de telecomunicações que ora buscam garantir para si as benesses públicas, a partir do pressuposto da liberdade de expressão, ora atuam como mecanismos de censura privada quando impedem os canais e serviços concorrentes de trafegar nas suas redes. Dando seqüência ao cenário estado-unidense, João Martins discute o desenvolvimento da Arpanet, o protótipo da Internet, como parte da política pública dos EUA para garantir sua hegemonia como centro do capitalismo no pós-guerra.

Logo a seguir, Dênis de Moraes analisa a mesma relação Estado-mercado de comunicação a partir de um contexto oposto ao tratado por Calabrese: o dos governos de esquerda latino-americanos e da condução de políticas de reconfiguração dos cenários da comunicação e da cultura. Nessa rica análise, o autor argumenta que a América Latina começa a viver uma etapa posterior ao neoliberalismo na qual, apesar da intensa resistência de alguns setores da sociedade – entre eles, grandes empresas de comunicações –, percebe-se um fortalecimento do papel central do Estado no manejo “de mecanismos consistentes de formulação e implementação de políticas de emancipação, de formas de defesa e ampliação da cidadania”. Fecha este bloco internacional o artigo de Guillermo Mastrini que, de certa forma, especifica o trabalho de Moraes detalhando o contexto e as dificuldades de avanço das políticas de comunicação no governo Néstor Kirchner (2003-2007). Mastrini apresenta um panorama do cenário argentino nos últimos anos, discutindo os limites e as barreiras impostas ao avanço da democracia.

O segundo bloco de artigos deste *Dossiê* agrupa as análises relativas ao Brasil. O primeiro destes textos é de Othon Jambeiro. Jambeiro busca avançar o exame das cidades enquanto *loci* primários de prática democrática. Para isso, o autor concatena os níveis de poder e decisão locais, nacionais e internacionais na regulação, controle e execução dos serviços de comunicações.

Os próximos três artigos analisam a regulamentação da comunicação social. Retomando o viés da apropriação privada dos interesses públicos, Venício Lima abre a discussão apontando alguns elementos regulatórios contraditórios e/ou desatualizados que permitiram a transformação das concessões de radiodifusão em espaço privilegiado de preservação de interesses privados no Brasil. Octavio Penna Pieranti faz a revisão bibliográfica do conceito de coronelismo eletrônico na intenção de especificar a adoção do conceito “coronelismo”, a partir de Victor Nunes Leal, suas limitações e especificidades. Retomando o debate iniciado por Romão, Miriam Wimmer discute o tratamento dado ao direito à comunicação no texto da Constituição Federal de 1988. Para isso, a autora defende a natureza da comunicação como direito fundamental e examina minuciosamente o modo como esse direito foi tutelado na Constituição.

Fecha o bloco Ângela Cristina Salgueiro Marques, que se dedica a analisar o programa Bolsa-Família na mídia e na fala de beneficiárias. A autora busca

evidenciar os papéis dos atores políticos na definição dos quadros de sentido a partir dos quais o programa Bolsa-Família é apresentado e negociado dialogicamente no espaço da visibilidade midiática.

Nenhuma edição especial sobre Estado e Comunicação no Brasil estaria completa sem a presença de Murilo César Ramos. Desta forma, o pesquisador, que se define como um “repórter das políticas de comunicação”, fala sobre a sua trajetória, o desenvolvimento das atividades do Laboratório de Políticas de Comunicação na Universidade de Brasília, sobre o primeiro grupo de estudos multidisciplinar dedicado ao tema das políticas de comunicação – o Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações - e os entrecruzamentos entre universidade, militância, Estado e mercado de comunicações.

A seguir, na seção *Perspectivas*, a *ECO-Pós* abre espaço para temáticas diversificadas. Inicialmente André Vouga busca mapear aspectos políticos dos processos de pesquisa e construção de ferramentas de comunicação. Os pesquisadores do Grupo de Pesquisa Cultura Midiática e Linguagens, Carlos Alberto de Souza, Andréia de Souza e Isadora Pruner Cruz, apresentam os resultados da pesquisa sobre o tema da “morte” nos desenhos infantis exibidos pelos canais de TV aberta. Os governos latino-americanos retornam ao debate, sob o ponto de vista da análise fílmica, no trabalho de Daniela Zanetti que acompanha as narrativas dos documentários *A revolução não será televisionada*, sobre Hugo Chaves, e *Ao encontro de Fidel*, sobre Fidel Castro. Por fim, fechando a seção, Sergio Roberto Mendonça Costa observa o desafio da comunicação pública para criar um espaço público de discussão que legitime as formas de Estado de cada nação na perspectiva da globalização dos mercados.

A seção *Portfólio* apresenta o Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações para o Terceiro Setor. Graciela Selaimen, Gustavo Gindre e Carlos Afonso explicam como o grupo foi criado para constituir uma espécie de *think thank* das novas tecnologias da comunicação, quais os objetivos, principais produtos e em qual contexto institucional ele está inserido.

*Ana Paula Goulart Ribeiro e Suzy dos Santos*

Editoras